

# Cabeça de camarão

Fernando Pedreira

Qual será a melhor maneira de ver as coisas? Segundo o poeta polonês Czeslaw Milosz, melhor é vê-las do alto, para ter uma idéia do conjunto, e ao mesmo tempo, conhecê-las de perto, cada uma no seu detalhe. Como os pássaros. Como o falcão e a cotovia. O poeta cita o exemplo do seu colega e compatriota, Casemiro, que, ainda no século dezesete, viajou de Vilno, na Lituânia, até Antuérpia, na Bélgica, onde devia visitar uns amigos.

Montado no seu cavalo alado, à medida que avançava, Casemiro ia vendo passar debaixo dele rios, lagos, florestas, montanhas. E, ao mesmo tempo que via essas coisas em toda a sua amplitude continental, era capaz de considerar e descrever cada uma delas em sua riqueza de pormenores e em sua beleza peculiar. O mundo, para Casemiro, era um grande mapa, e era também uma paisagem, um jardim. Ele sobrevoava a terra, e era como se andasse entre as árvores da floresta, provasse a água dos rios e sentisse no rosto a névoa úmida da manhã.

Um bom político, um verdadeiro homem de Estado (e um bom cronista também) precisa ter um pouco desse dom dos poetas e dos pássaros. Deve ter os pés na terra, tocar com as mãos as coisas e as pessoas à sua volta, mas, ao mesmo tempo, com os olhos da intuição e da inteligência, precisa discernir o curso e a força dos rios diante dele, a marcha das estações, o perfil das montanhas e dos vales por onde vai conduzir a sua tropa, ou o seu rebanho.

Quantos políticos, dessa estirpe teremos hoje, em Brasília? Talvez apenas o velho Ulysses. Mesmo Ulysses, entretanto, é antes um político no estilo kutuzoviano, menos inclinado a conduzir os acontecimentos do que a deixar-se levar por eles. E sua força maior, aliás, é exatamente essa.

Outubro acabou, novembro começa; mais meia dúzia de semanas e vêm o Natal, o verão, o Ano-Novo. Um ano novo em que o Brasil terá que tomar decisões graves que podem marcar a sua sorte por muito tempo; decisões que devem resolver problemas sérios, urgentes, imediatos (como a fraqueza e a falência do presente governo), mas que devem também determinar o futuro, fechar uma crise institucional aberta há quase três décadas, criar normas estáveis que permitam à Nação governar-se a si mesma, democraticamente e decentemente.

Mais do que nunca, o Brasil precisaria agora de Casemiros, líderes capazes de ver mais longe e de traçar-lhe o curso, entre as lianas e os cipós da floresta política. Mas, os homens de Brasília, que deliberam e decidem em nosso nome, o presidente, os chefes partidários, os líderes da Constituinte parecem todos (ou quase todos) não ver senão o tamanho dos seus mandatos e suas conveniências pessoais.

Sarney quer cinco anos — e não governa, não move uma pedra, não mexe um dedo senão para tentar alcançar, cada vez mais desastrosamente, esse "alto" objetivo. Aureliano fica ministro e só sai do ministério na hora exata de começar sua campanha de candidato presidencial oposicionista. Os governadores, a começar dos principais, daqueles que são também pretendentes à Presidência, apóiam Sarney, isto é, cavam mais verbas do governo, ao mesmo tempo que procuram adiar as eleições, para ter mais tempo de engordar as respectivas "caixinhas" eleitorais. Os constituintes, por sua vez, fazem descabelada demagogia; criam, na área social, uma Suécia dos trópicos, um país de mentira e fantasia, que nada tem a ver com a dura realidade econômica nacional.

Após *moi*, le *déluge*, dizia Luís XIV, o Rei Sol, plantado na sua magnífica Brasília setecentista, construída pelo Oscar Niemeyer da época. O doutor Sarney, o doutor Aureliano e os constituintes embebidos no caldo da demagogia, confortavelmente instalados nas mordomias da sua Versailles goiana, talvez não se dêem conta de que o dilúvio

pode já estar chegando, embora certamente um dilúvio muito mais modesto do que aquele que mudou a história da Europa e do mundo, no ano de 1789, há quase dois séculos precisos.

Na verdade, por mais que ande chovendo muito no Brasil ultimamente, o que nos ameaça não é um dilúvio — é o pântano, o charco, a lama da estagnação, da corrupção e da falta de caráter. O Brasil, um país forte, dinâmico, criativo, com um corpo jovem e, em geral, saudável, pode estar começando a apodrecer pela cabeça, como um camarão. Pode estar se tornando um grande Uruguai, uma grande Argentina, sem ao menos ter alcançado os níveis de cultura e educação que esses países atingiram há 50 ou 60 anos.

Para livrar-se desse triste destino camarônico que hoje o ameaça, o Brasil só tem um caminho. Na França, em 89, quem fez a revolução foi Paris. Versailles ficou onde estava (e está até hoje), à margem da História. Entre nós, é preciso que o corpo da nacionalidade encontre meios de livrar-se a tempo da cabeça semi-apodrecida ou, quando menos, de saneá-la e injetar-lhe uma nova medula, se é que isto ainda é possível. É preciso fazer com que os homens de Brasília ouçam o país real e atendam às suas aspirações e ao seu comando.

O que quer o país? Não é demais acreditar que se esteja formando hoje, entre nós, um consenso já bastante sólido e amplo. Para curar o mal imediato, urgente, que é a fraqueza (a falência) do presente governo, o remédio é convocar eleições logo que possível, noventa ou cem dias depois de promulgada a nova Carta. Esse pode não ser o desejo da dúzia e meia de políticos e aproveitadores, encarapitados no poder, mas é cada vez mais o sentimento e a esperança da grande maioria dos cidadãos. A transição se completa com a promulgação da Constituição nova, e não há nenhum motivo para que se permita ao atual presidente biónico estender sua insegurança e suas hesitações pelos começos do regime novo.

A segunda questão é sem dúvida mais delicada e mais complexa. Trata-se de saber sob que normas vão realizar-se as eleições e que instituições novas vamos afinal criar para o governo do país. Também aqui, ainda que através de um processo muitas vezes penoso e difícil, pode-se dizer que a nação está chegando a um consenso já bastante amplo e razoavelmente consistente, em favor do sistema de voto por distritos e do regime parlamentar de governo.

Voto distrital e parlamentarismo. Duas opções que contrariam (especialmente a segunda) nossa tradição republicana, arraigados hábitos políticos e carradas de idéias feitas — mas que, talvez por isso mesmo, podem servir de instrumento àquela parte do país novo que quer hoje livrar-se (sem saber muito bem como) do peso político do nosso ancestral patriarcalismo patrimonialista e paternalista.

Não seria pouco. Com os partidos e os homens públicos que hoje temos, não há como prever milagres a curto prazo. Mas, a verdade é que o regime de gabinete torna pelo menos mais leve e mais facilmente substituível a cabeça do camarão. Sob o sistema presidencial, o presidente da República é um pequeno imperador a prazo fixo. A experiência do Brasil e dos Estados Unidos, ao longo dos últimos trinta anos, está mostrando que é cada vez mais difícil encontrar cavalheiros capazes de assumir decentemente tão grandes responsabilidades. Jânio e Jango, Nixon, Carter, Ronald Reagan. Que horror. Campanhas eleitorais gigantescas, bilionárias, mobilizando dezenas de milhões de eleitores, continentes inteiros plebiscitando um nome, um homem, acabam frequentemente elegendo o mais hábil demagogo, o menos escrupuloso, o menos apto moral e intelectualmente, o mais capaz de arrebatar dinheiro e recursos.

Voto distrital, eleições e parlamentarismo, já. A hora é agora.